

# Decisão resulta de conversa de pequeno e poderoso grupo

**Brasília** — No dia 13 de janeiro, uma terça-feira, reuniram-se, no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney, o ministro Dilson Funaro e o secretário particular da Presidência, Jorge Murad, o que parecia ser mais uma das intermitentes horas de conversa entre as três pessoas que efetivamente mandam no governo. Mas não: dessa conversa saiu sinal verde presidencial para a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Depois de analisarem a situação de colapso da economia, o ministro da Fazenda pronunciou a seguinte frase:

— Está chegando a hora, presidente.

Em resposta, além do sinal verde de Sarney, Funaro recebeu duas orientações que parcialmente antecipavam a moratória. Primeiramente, decidiu-se pela centralização do câmbio, de forma restrita; em seguida, foi tomada a resolução de, a partir daquela data, não fazer mais nenhuma queima de reservas cambiais do país. De fato, desde do dia 13 de janeiro, as reservas brasileiras estabilizaram em torno dos US\$ 4 bilhões, uma medida estratégica inevitável para quem estava disposto a tomar uma medida como essa.

Exatamente uma semana depois dessa reunião, só que em outro cenário — uma paradisíaca ilha em Angra dos Reis — o secretário (e genro) Jorge Murad comemorava o seu aniversário, junto da mulher, Roseana, da filha Rafaela. E poucos amigos. Pela primeira vez, numa roda política foi informalmente transmitida a idéia do governo de tomar uma medida de choque em relação a dívida externa.

O presidente José Sarney há muito tempo trabalhava com essa hipótese. Desde que o ministro Funaro foi colocado no lugar do hoje constituinte Francisco Dorneles, o governo começou a receber análises informais sobre as consequências de uma moratória. Sem qualquer compromisso com medida desse porte, Funaro analisava as repercussões jurídicas e institucionais no foro internacional de uma decisão de suspender pagamentos da dívida.

A estratégia de Funaro em relação à dívida externa, sempre trombou de frente com tudo o que fora feito até então, especialmente com o que determinara Dorneles. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional na última sexta-feira, Funaro recordou que os governos que antecederam a Nova República fizeram nada menos do que sete cartas de intenção ao FMI, o que comprometia a imagem do país no exterior, já que nenhuma delas foi cumprida.

Em meados de julho do ano passado, o governo estipulou em US\$ 4 bilhões o mínimo suportável para as reservas cambiais do país. Isso porque, nessa época, a despeito de ter vendido o sucesso do Plano Cruzado à opinião pública, o Palá-

cio do Planalto já trabalhava com outros dados: o superávit da balança comercial despencava, a inflação dava indícios de que iria disparar, e a economia entrava em processo perigoso de monetarização.

Tudo o que significava “forte indicio” no meio de 1986, tornou-se realidade em janeiro de 1987. Numa reunião do Conselho Econômico de Desenvolvimento, na primeira quinzena de janeiro, os ministros começaram a exigir os números do declínio das exportações, aumento do volume de importações e a força rediviva da inflação. Para o presidente Sarney, tornava-se cada vez mais clara a necessidade de mudar o encaminhamento da questão externa.

A partir dessa época, concentra-se exclusivamente nas mãos de Sarney, Funaro e Jorge Murad — com auxílio eventual do assessor do presidente para assuntos internacionais, Rubens Ricúpero — o comando da “operação moratória”. Funaro passa a sentar-se, diariamente, no planalto ou no Alvorada à mesa presidencial.

Numa sexta-feira, 13, primeiro dia que passou longe da burocracia do banco central, Fernão Bracher desabafou para um amigo: “o governo caminha inevitavelmente para uma moratória e não seria eu a pessoa que ia dar essa notícia aos bancos estrangeiros”. Na verdade, Bracher caiu do Banco Central não porque os juros estivessem altos — eles continuavam altos com o novo presidente — mas porque não concordava com a posição de confronto do Brasil com os credores externos.

O “plano Bracher” de renegociação da dívida era relativamente simples: ele pretendia recolocar o país numa posição de acumular grandes saldos comerciais, projetados por ele para US\$ 10,2 bilhões. Com esses números, o governo brasileiro deveria solicitar dos banqueiros, agora, US\$ 4 bilhões de dinheiro novo. Essa estratégia foi rechaçada pelo ministro Funaro e pelo presidente Sarney.

Bracher deixou o governo convencido de que o Brasil caminhava deliberadamente para a moratória. Ainda mais quando se soube que o ministro Francisco Dorneles teve pronto para chegar a um acordo plurianual com os bancos estrangeiros. Só não o fazendo porque o governo brasileiro não quis.

— Só faltava assinar — lembra Dorneles.

Coube a Rubens Ricúpero, por determinação de Sarney, acionar os canais diplomáticos para colocar o embaixador brasileiro em Washington, Márcilio Marques Moreira, na condição de principal negociador da dívida externa. Em lugar de Bracher, ele chegou ao Brasil na terça-feira, almoçou sozinho com Sarney, e nesse mesmo dia, à noite, reuniu-se na

casa de Ricúpero, na QL 12 do Lago Sul, com Funaro, Jorge Murad e mais o embaixador Alvaro Alencar (renegociador da dívida externa junto ao Clube de Paris). No dia seguinte, Márcilio percorreu os ministérios econômicos e tornou a se encontrar com Sarney.

O governo brasileiro ainda tentou evitar ou adiar a decisão de suspender o pagamento da dívida externa. Desistiu disso na terça-feira, após receber respostas negativas de alguns bancos estrangeiros com os quais vinha negociando novos empréstimos, em torno de US\$ 3 bilhões. Quando foi anunciado o sinal verde do Clube de Paris para a renegociação do Brasil junto aos bancos estrangeiros, o otimismo de certas áreas do governo não contagiou o presidente Sarney. Ele fez uma comparação:

— As Filipinas foram ao FMI, o governo americano deu aval, o Clube de Paris aprovou e, na hora certa, os bancos estrangeiros não liberaram nenhum empréstimo — queixou-se o presidente. Ele projetava intimamente essa situação para o Brasil.

Quando foi tomada a decisão de entrar em moratória, o primeiro sintoma foi a vinda da mulher e do filho do ministro Funaro a Brasília, na quarta-feira à noite. É uma característica da família estar sempre perto dele em momento de grande decisão. Senhor da situação — o ministro do Planejamento, João Sayad, foi completamente escanteado — Funaro mostrava-se calmo.

A decisão de fazer a moratória foi acelerada no final de semana passado, durante as reuniões entre Funaro, Sarney e o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. A operacionalização da medida foi feita no 5º andar do Ministério da Fazenda, em dois gabinetes contíguos ao do ministro Funaro. A partir de quarta-feira reuniram-se durante todo o dia: o presidente do BC, Francisco Gros, os diretores da área externa, Carlos Eduardo de Freitas, e da dívida externa, Antônio Pádua Seixas, os assessores da Fazenda, Luis Gonzaga Belluzo, João Manuel Cardoso de Melo e Paulo Nogueira Batista, além do embaixador Alvaro Alencar e do vice-presidente da área internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva.

Na quinta-feira, essa reunião terminou por volta das 20h. Funaro não ficou permanentemente no telefone, mas falou com Sarney e com Márcilio Marques Moreira. Em nenhum momento, a luz vermelha da sala, que impede o acesso de qualquer pessoa, foi acesa. Mesmo assim, decidia-se lá dentro a melhor forma de acender a luz vermelha para os credores brasileiros.